SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Negociações PRR 2015

Claro Embratel

Grupo Claro SA

Proposta de PPR 2015 prevê retrocesso para os/as trabalhadores/as

A Comissão de Negociações esgotou todas as possibilidades e foi até onde pode, insistindo até o final das negociações pela unificação do critério de elegibilidade em 30 dias para os trabalhadores da Claro e da Embratel terem direito a PPR. Não teve jeito.

O Grupo Claro não cedeu e formalizou a proposta de 120 dias. Mesmo assim, um pouco melhor do que a anterior, que era de 180 dias. Mas, é importante que fique bem claro, que se trata de retrocesso para os trabalhadores e os Sindicatos são totalmente contrários a essa proposta no que diz respeito a sua elegibilidade.

O Grupo Claro SA está enfiando goela abaixo para os trabalhadores da Claro e da Embratel uma proposta de elegibilidade que é critério da NET quando NÃO aceitou incluir a NET nesta negociação, tampouco pagar o Target de PPR NET, que sempre foi de 2,6 a 3 salários para os demais trabalhadores.

Sinttel realiza assembleias nesta quinta-feira, 01/10, para apreciação da proposta de PPR/2015 no Grupo Claro

Ou seja, eles usam o que tem de pior da NET para as demais empresas, mas não querem estender o que é melhor. Além disso, não aceitam discutir a elevação do valor do prêmio para a maioria dos trabalhadores das empresas. Sendo assim, o Sindicato apresenta a proposta para apreciação dos trabalhadores nas assembleias desta sexta, nos seguintes horários e locais:

Veja no verso os locais e horários das assembleias nas bases das empresas do Grupo Claro

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Assembleias

9 horas na Claro
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, Enseada do Suá

Às 13 horas na Embratel
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, Enseada do Suá

A proposta em números:

CATEGORIAS	GRADES	BASE DE CÁLCULO TARGETS 100% META ATINGIDA
DIRETORES E GERENTES	DC/DF/GVM/GF - Níveis 19 e 20	4,0 a 6,0 salários
GERENTES	GVS/GS - Nível 18	3,3 a 5 salários
CONSULTORES SR ESPECIALISTAS	CSM/CTM - Nível 18	2,5 a 4 salários
CONSULTORES, COORDENADORES/ ESPECIALISTAS	CS/CST/EM/ETM/VDM - Nível 17	2,5 a 3,3 salários
GERENTES TÁTICOS, COORDENADORES/ ESPECIALISTAS	GTA/GTE - Nível 16	2,5 a 3,0 salários
DEMAIS PROFISSIONAIS	AS/AA/ATO/ES/ETO/ST/SP/TEC/TES/ TEM/VDE/VD/VDA/GL/VL - Níveis de 10 a 15	2,2 salários

Atenção para os detalhes da proposta

Caso seja aprovada pelos trabalhadores (Claro/ Embratel), a proposta prevê o pagamento do adiantamento de um salário a título de PPR, cinco dias após a aprovação nacional.

Agora, quem decide é o/a trabalhador/a!

Confira abaixo as regras de elegibilidade da PPR/2015 e a tabela com as categorias e respectivos targets.

Regras de elegibilidade da PPR/2015

ATIVOS — a partir de 120 dias de trabalho no ano;
AFASTAMENTO POR AUXÍLIO-DOENÇA — proporcional aos dias trabalhados, desde que acima de 120 dias no ano de 2015;
ACIDENTE TRABALHO TÍPICO — não haverá descontos do período de afastamento
LICENÇA MATERNIDADE — não haverá descontos do período de licença
PEDIDO DEMISSÃO — proporcional aos dias trabalhados, desde que acima de 120 dias no ano de 2015
DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA — proporcional aos dias trabalhados, desde que acima de 120 dias no ano de 2015
DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA — perde o direito
LICENÇA NÃO REMUNERADA — proporcional aos dias trabalhados, desde que acima de 120 dias em 2015
FALECIMENTO — proporcional aos dias trabalhados.

Manutenção dos Targets atualmente praticados

Cada funcionário permanece com o seu respectivo número de salário alvo nas diferentes categorias e grades. Houve um pequeno avanço em relação à diferença do target por região, com o fim da regionalização. No caso da Claro, porém, mesmo lutando pelo target de 2,5 salários para a maioria dos trabalhadores, o Grupo formalizou a proposta de 2,2 salários.

Ressaltamos que essa é uma reivindicação antiga da Comissão de Negociação.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/09/2015 - Tele.síntese

Claro investe quase R$ 100 milhões pelo REPNBL para ampliar redes 3G e 4G em todo o país

O Ministério das Comunicações autorizou hoje,29, novos projetos da operadora de celular no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL)

O Ministério das Comunicações autorizou hoje,29, novos projetos no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL, entre eles, projetos de ampliação das redes de acesso 3G e 4G da Claro. Para diferentes estados da região Norte, R$ 58 milhões. Para os estados de Rondônia, Pará e Amapá serão gastos R$ 3 milhões na construção de redes até dezembro de 2016. Em Paraná e Santa Catarina, outros R$ 2,31 milhões. No Ceará, Paraíba e Sergipe, R$ 1,86 milhão.

Para a rede em Goiás serão R$ 3,88 milhões, em Minas Gerais, R$ 1,69 milhões; no Rio Grande do Sul, R$ 1,15 milhão; no Maranhão, R$ 2,2 milhões; no Rio de Janeiro, R$ 6,9 milhões; em São Paulo, R$ 5,17 milhões. Na Bahia, as redes de 3G e 4G terão investimentos de R$ 1,87 milhões

28/09/2015 - EBC

Regulação da mídia: conheça os pontos em debate no Brasil

Censura, liberdade de expressão, poder e influência da mídia. São várias as expressões usadas quando o assunto é regulação da mídia. O tema, que já foi alvo de debates e de criação de leis em outros países, ainda é polêmico no Brasil. Enquanto ainda não foi definido um marco regulatório para o tema, o Poder Judiciário tem sido muitas vezes o responsável por cobrar o cumprimento das leis já existentes. O vazio em relação a algumas regras deixa espaço para a veiculação de conteúdos inadequados do ponto de vista dos direitos humanos e que refletem pouco a diversidade do país. Mas afinal, o que significa a regulação da mídia?

O tema da regulação da mídia voltou à tona recentemente nas eleições presidenciais, quando a então candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) declarou que, se eleita, enfrentaria o debate no âmbito econômico acerca da regulação do setor audiovisual. De lá para cá, o governo não seguiu adiante com a apresentação de uma proposta.

Do mesmo modo como o transporte e a energia, a comunicação é um serviço público: trata-se de um direito previsto na Constituição Federal de 1988. Diferentemente de outros capítulos do texto constitucional – como os relacionados ao meio ambiente – aqueles que se referem ao direito à comunicação ainda não foram regulamentados, o que dificulta a execução e fiscalização desse serviço. Enquanto as leis que tratam desse tema ainda não foram unificadas em torno de um texto comum, a Justiça tem sido acionada para o cumprimento da atual legislação.

No especial do Portal EBC, conheça alguns exemplos de como a falta de regulação das leis pode provocar violação de direitos. Saiba ainda como denunciar casos abusivos cometidos por emissoras de rádio e TV.

Os termos técnicos e contextos históricos e normativos importantes para compreender a discussão também fazem parte do conteúdo. Entre eles está a definição do espectro eletromagnético, a diferença entre regulação e regulamentação, a história da discussão sobre a Comunicação na Assembleia Nacional Constituinte (1988) e a importância do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Entenda também como é o modelo de regulação da mídia em outros lugares do mundo, como França, Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Argentina, e alguns projetos sobre regulação que tramitam atualmente no Congresso Nacional.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/09/2015 - Carta Maior

Sr. José Serra, é patriótico entregar reservas do pré-sal às multinacionais?

Os parlamentares deveriam buscar resolver os problemas da Petrobras e não ficar tentando entregar conquistas do povo brasileiro aos interesses estrangeiros

Parlamentares e a Federação Única dos Petroleiros confrontaram-se hoje (28) na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a pedido do senador Paulo Paim (PT/RS) para debater a participação da sociedade na gestão do pré-sal e os impactos do PLS 131/2015, de autoria de José Serra (PSDB-SP). O projeto retira da Petrobras a exclusividade na operação dessas reservas e a participação mínima em 30% dos campos.

O coordenador da FUP, José Maria Rangel, disse que a Lei 12.351/2010, que estabelece o regime de partilha para o pré-sal, foi amplamente discutida no Congresso Nacional, durante 15 meses, antes de ser aprovada e que, portanto, não se pode querer "mudar algo que é estruturante para o nosso país por um problema conjuntural pelo qual a Petrobras está passando".

José Maria indagou o senador José Serra, que tem alegado que o seu projeto é patriótico. "É patriótico a gente entregar nossas reservas para as empresas multinacionais?", retrucou o coordenador da FUP, criticando a argumentação de que mudar a lei trará novos investimentos para o país. "O setor do petróleo no Brasil foi aberto em 1997 e qual foi o investimento que as multinacionais fizeram no nosso país nesses quase vinte anos?", questionou José Maria.

"Como operadora única e sendo uma empresa do Estado, a Petrobras é que vai ditar o ritmo de produção do pré-sal para evitar a produção predatória", destacou o coordenador da FUP, esclarecendo que a participação mínima, prevista na lei de partilha e contra a qual José Serra atua, é uma prática adotada também no regime de concessão, onde a orientação da ANP é de que a operadora tenha pelo menos 30% do campo.

José Maria provocou os parlamentares: "Neste momento, o Senado e a Câmara deveriam estar gastando energia, buscando resolver os problemas da Petrobras". Afirmou ainda que o governo tem que assumir sua responsabilidade como acionista majoritário da Petrobras e financiar os projetos da empresa. "Isso não é novidade. Na crise do capital, em 2008, o governo Obama investiu 30 bilhões de dólares na General Motor e investiu agora 10 bilhões de dólares nas empresas exportados de gás dos Estados Unidos", ressaltou.

O coordenador da FUP fez um chamado ao Congresso Nacional, ao governo e à sociedade para que defendam a Petrobras e o pré-sal. "O que temos que fazer é buscar financiar os investimentos da Petrobras. Não podemos tratar o pré-sal como se fosse um ônus para a companhia. Quantas empresas mundo afora gostariam de ter as reservas do pré-sal, cerca de 300 bilhões de barris de petróleo? Portanto, a Petrobras, o governo e a sociedade brasileira não podem abrir mão disso", afirmou.

O debate também contou com a presença do diretor da CUT Vitor Carvalho, além de representantes da NCST, da Aepet e da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (Socecon).

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o projeto de lei de Serra será bom para o país. Disse que a conjuntura econômica atual inviabiliza qualquer investida na área, pois o custo da extração pode ficar acima da cotação do petróleo no mercado internacional. Lembrou que em 2010, quando a lei foi votada, o preço do barril de petróleo era de US$ 135 e hoje é de US$ 48.

"Essa lei foi votada e aprovada num momento em que o Brasil atravessava um céu de brigadeiro. A Petrobras estava com as finanças em dia e era justo que se lhe atribuísse tal encargo. Mas hoje a situação mudou e mudou radicalmente para pior. Os fatos divulgados pelas operações e investigações, os prejuízos causados à Petrobras nos últimos tempos dificultam a plena aplicação do dispositivo previsto na Lei 12.351 de 2010", argumentou Raupp.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/09/2015 - Carta Maior

10 coisas que você não vai ver no programa do PSDB na TV

Os 124 voos particulares de Aécio com dinheiro público? Defesa do financiamento privado de campanha? Racionamento em São Paulo? Cadê???

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) listou, em sua página no Facebook, 10 assuntos que não serão vistos no programa do PSDB veiculado esta semana nas emissoras de rádio e TV. Confira a lista de temas censurados pelos tucanos.

1) Explicação sobre os 124 voos particulares de Aécio com dinheiro público;

2) Defesa do financiamento privado de campanha, apontado por especialistas como a principal causa da corrupção;

3) Sob gestão tucana, o estado de São Paulo sofre diariamente com a crise da água;

4) Por que eles querem privatizar o Pré-Sal, a maior jazida de petróleo do mundo, retirando bilhões da saúde e da educação dos brasileiros;

5) Explicação sobre a propina de R$ 5 milhões recebida por Aécio, segundo depoimentos da Lava Jato;

6) Como o Senador Aécio Neves usou recursos públicos para construir um aeroporto particular em propriedade familiar;

7) Explicação sobre a compra de votos para a PEC da reeleição de FHC;

8) Por que FHC extinguiu a comissão especial para apurar a corrupção no Brasil;

9) Na era FHC o Brasil era recordista na criação de impostos;

10) Sem perspectiva de voltar a governar o país pelo voto do povo, o PSDB é a favor do Golpe.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/09/2015 - Vermelho

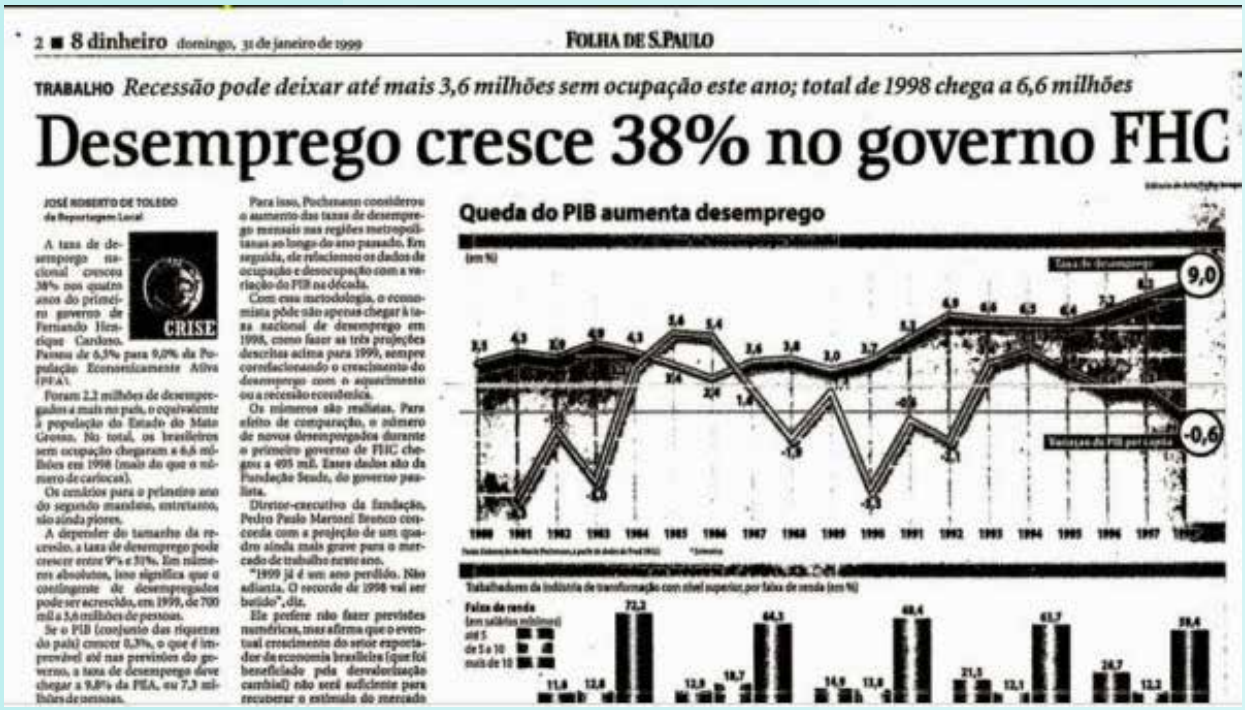
Com nove meses de governo, PSDB diz que promessas não foram cumpridas

A propaganda do PSDB exibida neta segunda-feira (28) em rede nacional de rádio e TV demonstrou que os tucanos insistem na estratégia de terceiro turno e com apenas nove meses de governo, acusam a presidente de não cumprir as promessas de campanha, como se já estivéssemos em 2018.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, disse que o governo da presidenta Dilma Rousseff deveria escolher o do investimento para gerar emprego e renda. No entanto, quando o PSDB era governo fez o contrário.

O discurso presunçoso dos tucanos tenta esconder a realidade recente do país. Para refrescar a memória seletiva, recordamos, infelizmente, que em 2000, portanto durante o segundo mandato de FHC, o Brasil ocupava o segundo lugar no mundo em taxa de desemprego, perdendo apenas para a Índia.

"A taxa de desemprego nacional cresceu 38% nos quatro anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Passou de 6,5% para 9,0% da População Economicamente Ativa (PEA)", dizia a matéria da Folha de S. Paulo de 31 de janeiro de 1999. "A depender do tamanho da recessão, a taxa de desemprego pode crescer entre 9% e 51%. Em números absolutos, isso significa que o contingente de desempregados pode ser acrescido, em 1999, de 700 mil a 3,6 milhões de pessoas", completava. Lembra?



2 ■ 8 dinheiro domingo, 31 de janeiro de 1999 FOLHA DE S.PAULO

TRABALHO *Recessão pode deixar até mais 3,6 milhões sem ocupação este ano; total de 1998 chega a 6,6 milhões*

Desemprego cresce 38% no governo FHC

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO
de Reportagem Local

A taxa de desemprego nacional cresceu 38% nos quatro anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Passou de 6,5% para 9,0% da População Economicamente Ativa (PEA).

CRISE

Foram 2,2 milhões de desempregados a mais no país, o equivalente à população do Estado do Mato Grosso. No total, os brasileiros sem ocupação chegaram a 6,6 milhões em 1998 (mais do que o número de cariocas).

Os cenários para o primeiro ano do segundo mandato, entretanto, são ainda piores.

A depender do tamanho da recessão, a taxa de desemprego pode crescer entre 9% e 51%. Em números absolutos, isso significa que o contingente de desempregados pode ser acrescido, em 1999, de 700 mil a 3,6 milhões de pessoas.

Se o PIB (conjunto das riquezas do país) crescer 0,3%, o que é improvável até nas previsões do governo, a taxa de desemprego deve chegar a 9,8% da PEA, ou 7,3 milhões de pessoas.

Para isso, Pochmann considerou o aumento das taxas de desemprego mensais nas regiões metropolitanas ao longo do ano passado. Em seguida, ele relacionou os dados de ocupação e desocupação com a variação do PIB na década.

Com essa metodologia, o economista pôde não apenas chegar à taxa nacional de desemprego em 1998, como fazer as três projeções descritas acima para 1999, sempre correlacionando o crescimento do desemprego com o aquecimento ou a recessão econômica.

Os números são realistas. Para efeito de comparação, o número de novos desempregados durante o primeiro governo de FHC chegou a 405 mil. Esses dados são da Fundação Seade, do governo paulista.

Diretor-executivo da fundação, Pedro Paulo Martoni Branco concordou com a projeção de um quadro ainda mais grave para o mercado de trabalho neste ano.

"1999 já é um ano perdido. Não adianta. O recorde de 1998 vai ser batido", diz.

Ele prefere não fazer previsões numéricas, mas afirma que o eventual crescimento do setor exportador da economia brasileira (que foi beneficiado pela desvalorização cambial) não será suficiente para recuperar o estímulo do mercado

Queda do PIB aumenta desemprego

(em %)

Taxa de desemprego

9,0

Variação do PIB (em %)

-0,6

1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997

Trabalhadores da indústria de transformação com nível superior, por faixa de renda (em %)

Faixa de renda (em salários mínimos)
até 5
de 5 a 10
mais de 10

72,2 11,6 12,6 64,3 12,9 18,7 68,4 14,9 13,8 61,7 21,3 12,1 58,4 24,7 12,3

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Toma lá, dá cá

Já o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou o arco de alianças do governo no Congresso Nacional, dizendo que a presidenta Dilma "é refém de uma base de sustentação no Congresso que a cada dia é cada vez mais do tipo toma lá, dá cá".

No entanto, o "tipo toma lá, dá cá" foi o padrão de aliança de seu governo, FHC. O caso mais emblemático de sua gestão foi a compra de votos da reeleição. O jornalista Fernando Rodrigues, à época na Folha de S. Paulo, relatou em documentário que as informações apuradas seriam suficientes para que as autoridades tomassem alguma providência. Ninguém foi sequer investigado.

Isso por conta de outro fator: o engavetador-geral da República. Assim era conhecido, inclusive pela grande mídia, Geraldo Brindeiro, o procurador-geral da República. Estimativas do próprio Ministério Público naquele período, dão conta de mais de 4 mil processos parados nos dois primeiros anos de gestão.

A compra de votos para a emenda da reeleição nunca chegou ao Supremo Tribunal Federal nem seus responsáveis foram punidos porque o procurador-geral simplesmente arquivou o caso.

FOLHA DE S.PAULO

Em gravações obtidas pela Folha, parlamentar do PFL afirma que outros 4 também receberam

Deputado conta que votou pela reeleição por R$ 200 mil

Cameli nega compra de votos

Corrupção e o aécioporto

O candidato derrotado nas urnas também usou o seu tempo no programa para criticar o PT. O senador Aécio Neves, que também é presidente nacional do partido, fez um discurso "feroz" contra a corrupção, mas não quis aproveitar o tempo para falar das 124 viagens que fez utilizando aviões oficiais do estado de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Os deslocamentos foram feitos durante 2003 e 2010, período em que esteve à frente do governo mineiro.

Muito menos explicou o uso de recursos públicos para construir um aeroporto na cidade de Cláudio, na fazenda de seu tio, que também é detentor das chaves, ou seja, é de usos particular.

Além disso, os tucanos não explicaram porque suas bancadas na Câmara e Senado votaram pelo financiamento privado de campanha, apontado por especialistas como a principal causa da corrupção.

E não foi só isso. Enquanto faz a política do "quanto pior, melhor" no Congresso Nacional, Aécio disse na propaganda política do PSDB que o partido vai se posicionar a favor de medidas como a redução dos encargos na folha de pagamento das empresas e contra a retirada de direitos.

Mas quando vamos analisar as propostas do senador no Congresso, a história muda completamente. Na proposta do Plano de Proteção ao Emprego, por exemplo, Aécio defende a redução da jornada de trabalho possa ser de até 50% e que os salários também sejam reduzidos em até 50%. Na proposta original, as empresas, em comum acordo com os trabalhadores, poderiam reduzir a jornada de trabalho em até 30% e os salários, em 15%.

Nas redes

A exibição do programa foi um dos assuntos mais comentados nas redes sociais. Com a hashtag #PSDBSemProjetoSemRumo alcançou o Trending Topics no Twitter.

Os internautas questionaram, durante o tuitaço, a conduta da oposição e também relembraram casos de corrupção tucanos, que foram censurados do programa do PSDB na TV.